

## UM TERÇO CANTADO PARA LUÍS CARLOS PRESTES

Ivany Câmara Neiva<sup>1</sup> - UCB/PPG-UNB

### 1. CANG: um projeto de colonização oficial no Centro-Oeste brasileiro

Em 1941 foi criada a Colônia Agrícola Nacional de Goiás, com sede na cidade de Ceres. Até 1955, quando foi emancipada, essa área entrecortada de córregos foi ocupada por quase quatro mil lotes, distribuídos gratuitamente a trabalhadores rurais brasileiros.

Essa experiência faz parte da história da formação do interior brasileiro. Desde o século XVI, quando começam a ocupação portuguesa e a importação de mão-de-obra africana, a colonização no Brasil esteve estreitamente vinculada à imigração estrangeira. Nas primeiras décadas do século XX, em decorrência principalmente da depressão econômica e do desemprego urbano, o trabalhador nacional passa a ser objeto de políticas governamentais. Na década de 40, no governo do presidente Getúlio Vargas, a orientação restritiva à imigração estrangeira e de apoio ao trabalhador nacional se intensifica e se instrumentaliza. O contexto internacional da Segunda Guerra fazia com que se revigorasse o discurso oficial quanto à segurança nacional e à afirmação da nacionalidade, com repercussões nas diretrizes para a gestão do trabalho e das migrações: valorização do trabalhador brasileiro, ocupação de espaços vazios, descongestionamento de tensões sociais, incentivo à produção agrícola e à pequena produção,

Em fevereiro de 1941 foram instituídas as normas para criação e funcionamento de “colônias agrícolas nacionais”. O que as tornava diferentes de outros projetos tentados até então no país eram suas características de distribuição gratuita de lotes a trabalhadores rurais brasileiros pobres, e a gestão do governo federal quanto à sua criação e administração.

No período de 1941 a 1948 foram implementados oito desses projetos, sendo dois deles no Centro-Oeste: a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), e a de Dourados, no estado de Mato Grosso.

Embora se encontrem críticas rigorosas e crônicas românticas sobre a CANG, à época predominam as interpretações oficiais que privilegiam a avaliação do desempenho econômico e da expansão de fronteiras, e a apontam como exemplo bem sucedido de colonização.

Mas há “outros lados”, silenciados, antagônicos e complementares a essa expansão: são as contradições do processo de colonização, as dificuldades com que os colonos e antigos moradores da região se defrontaram, os conflitos surgidos entre as diversas categorias sociais e grupos de interesse, as reivindicações, as expressões de mobilização popular. As invenções do cotidiano, experiências locais e histórias de quem construiu aquele espaço e não apareceu na história oficial constituem essas outras histórias da CANG.<sup>2</sup>

## **2. A história da CANG, pelos colonos**

Os homens e mulheres que migraram para a CANG realmente encontraram a terra anunciada pelo Governo, mas também uma série de carências que iam desde a insuficiência de bens, serviços e assistência que legalmente cabia à Administração fornecer-lhes gratuitamente, até os mecanismos clássicos de subordinação do campesinato, dos quais a tutela governamental não os livrava. São comuns as lembranças das dificuldades: “Casa? Quem quisesse descortinava uma moitinha, abria picada, fazia o barraco, casquinho de folha...”<sup>3</sup> “O hospital era lá na sede. Lá eles atendiam, mas a Colônia era muito grande e os médicos não iam nos córregos nem tinha posto no interior. E não tinha remédio suficiente, desses essenciais que a Administração devia ter para distribuir. “Faltava pra tudo, inda mais tinha a maleita que dava por lá...”<sup>4</sup> Funcionários e médicos também se ressentiam: “Se agora é difícil, imagine naquele tempo... Quantas vezes eu ficava ilhado aí nessa mata dois, três dias, porque o carro quebrava... Isso, quando tinha carro...”<sup>5</sup>

Se a gratuidade da terra foi um estímulo à migração, por outro lado foi, de início, um fator de desmobilização para a luta pelas demais condições de vida e de trabalho dos colonos. Somava-se a isso a peculiaridade do exercício de poder nas Colônias. A CANG era um verdadeiro território federal encravado em Goiás, sem canais de acesso do colono ao “governo”. Tratava-se de uma extensão da administração federal, sem mediação de uma instância que representasse os interesses locais: “No começo reclamava só com o vizinho mesmo, não procurava ninguém da Colônia não. Nem tinha jeito.”<sup>6</sup> As primeiras e esparsas reivindicações à Administração se referiam a essas necessidades básicas.

Mas a defesa dos interesses locais se organiza, ao longo do tempo. Inicialmente são as trocas de dias e a cooperação nos mutirões para desbravamento, preparo da terra de trabalho, abertura de picadas, destocamento, piqueteamento, plantio, colheita: “As vizinhanças se agrupavam em mutirões e uns ajudavam os outros, depois esse grupo aqui vai ajudar o outro...”<sup>7</sup> “De 46 em diante começou a ter aquela união de vizinho com vizinho não só pra trabalhar, mas para buscar seus direitos. Vinham juntos, para mostrar que não era vontade à toa, mas que era necessidade dos colonos daquele lugar. Aconteceu bastante.”<sup>8</sup>

Com a ocupação progressiva da Colônia, os mutirões e trocas de dias de trabalho ganham também o caráter de resistência frente ao processo de diferenciação interna que já ocorria: colonos que haviam conseguido alguma acumulação passavam a ampliá-la pela contratação de outros colonos, proprietários como eles, mas descapitalizados e endividados em decorrência das dificuldades de comercialização do que produziam. Estes, então, vendiam (não mais trocavam) dias de trabalho, aceitando tarefas e empreitas: “Se repetia a velha história: o colono endividado encontrava uma solução para a sobrevivência, mas ficava vulnerável à dependência do intermediário e agora também ao colono de mais recurso. Os mais politizados viam o que estava acontecendo e queriam resistir.”<sup>9</sup>

### **3. A atuação do Partido Comunista**

As manifestações mais estruturadas partem de colonos ligados ao Partido Comunista de Goiás que, ainda não como tarefa partidária, mas na qualidade de camponeses mais politizados, levam à frente as reivindicações e iniciativas: “Eu era arrendatário no campo e ao mesmo tempo era pedreiro, em Catalão. Quando em 49 nós fomos para Ceres morávamos na roça, apesar de já ter morado na cidade. Eu já era do Partido, mas a gente foi pra lá não com uma tarefa; foi por conta própria, procurando uma melhora.”<sup>10</sup> “A gente tocava lavoura e dividia os cereais, era meeiro. Depois ficamos sabendo dessa terra que o Governo tava dando. Ficava livre do arrendo...”<sup>11</sup> “Tinha mesmo essa coisa de camponês, de querer um pedaço de terra. Eu já era do Partido, e aí decidimos ir para Colônia, em 48. Ilusão de camponês...”<sup>12</sup>

Os movimentos, então, tinham caráter essencialmente reivindicativo, local, pretendendo providências restritas ao que legalmente era de responsabilidade da Administração. Por envolverem questões de terra, alguns tomaram vulto e tiveram maior continuidade no tempo. Foi o caso da defesa de direitos de ocupantes anteriores à implantação da Colônia e de litígios quanto à demarcação de lotes.

Os desafios se manifestavam em todas as áreas, e se mostravam especialmente perversos na esfera das relações de comercialização da produção. A comercialização era tão essencial para o colono quanto a propriedade da terra, e era reconhecida como uma grave questão a enfrentar.

O enfrentamento se deu de várias formas, sendo que foi também sob o comando dos colonos-militantes do PC que houve organização e mobilização mais estruturadas. Essas iniciativas incluíam, por exemplo: abertura e conservação de caminhos que facilitassem o escoamento da produção; estocagem de produtos por algum tempo, aguardando melhores preços; fiscalização da pesagem do produto e do pagamento; busca de comercialização sem intermediários. As ações coletivas representavam uma alternativa de sobrevivência na Colônia: “Como o colono era proprietário e como o vínculo comercial dele era com o intermediário, todo o descontentamento era contra o intermediário ou então contra o Governo de um modo geral, abstrato, não claramente associado à Administração local. E nisso, os colonos estavam unidos.”<sup>13</sup> “Os colonos desmataram, destocaram, plantaram loucamente e depois saíram mais pobres, endividados. E começaram a se conscientizar que tinha que haver outra forma, porque só ter terra, trabalhar e produzir não resolvia. Começaram a despontar para uma solução política.”<sup>14</sup>

A partir de 1950, quando o segundo administrador da CANG inicia medidas de organização legal e territorial da Colônia, afloram litígios que desencadeiam movimentos relativos à demarcação e titulação dos lotes: “Tiramos uma resolução de não aceitar providências da Administração que colocassem colono contra colono. Nosso lado nós fizemos, que foi de plantar. Os nomes de tudo aqui fomos nós que demos – Córrego da Anta, Itapeva, Água Limpa, Oriente, Cipó. Todo mundo aqui conhece a Colônia como Barranca<sup>15</sup>, barranca do rio,

que é assim que é para nós. Nós tomamos posse, abrimos picada, plantamos, clareamos a mata para os córregos aparecer. Agora a Colônia, a Administração, tem que piquetear e titular a terra, mas tem que ajustar de acordo com o que o Governo dizia e com o que o colono fez esses anos todos.”<sup>16</sup>

Nessa época o PC de Goiás decide estruturar suas bases na Colônia, a partir da observação do caráter estratégico da região, e seguindo orientações do *Manifesto de Agosto*, que definia um trabalho mais intenso no campo, centrado na luta pela reforma agrária: “Parece ironia – o Governo cria Ceres para firmar a Marcha para o Oeste, exatamente para os trabalhadores sem terra não irem para as cidades lutar por direitos, e aí vêm depois os comunistas e Ceres vira centro de campanha popular na região. Marcha para o Oeste também, mas de outro jeito...”<sup>17</sup>.

O marco para a estruturação do Partido na região foi a passagem de Gregório Bezerra pela CANG, em 1950, cumprindo tarefa do Comitê Central: “Entrei lá como Seu Estevão, conversando com as pessoas, falando de revolução no campo e em reforma agrária sem parecer que estava falando, para não atrapalhar o trabalho que já existia na Barranca.”<sup>18</sup>

O Partido Comunista é então estruturado na Colônia, desde as bases: os núcleos dos córregos são organizados como Conselhos de Córrego. Cria-se o Comitê Distrital, com ação voltada à área específica da Colônia, e o Comitê de Zona, com sede na CANG e abrangendo uma extensa região – Itapaci, Rialma, Goianésia, Uruaçu: “A Colônia ficou como uma espécie de QG do Partido naquela região toda, onde havia muito conflito de terra. Era ponto de apoio para as ações nas fazendas cafeeiras, nas áreas de arrendo e grilagem, e centro para preparação de quadros e organização de encontros preparatórios para os congressos nacionais.”<sup>19</sup>

Ao longo dos córregos e picadas, são intensificadas as ações de interesse local, e, por determinação do Comitê Central, passam também a ser divulgadas as campanhas de abrangência nacional, tanto ligadas à questão da terra, como outras de cunho internacional que o Partido vinha organizando “a favor da libertação de militantes presos, pela paz mundial, contra a bomba atômica”. Assim, além de continuarem levando para discussão os problemas locais e imediatos, os colonos-militantes do Partido na CANG tentam incorporar aquelas palavras-de-ordem da direção nacional, distantes da realidade dos colonos, às suas práticas

habituais: “No Córrego Itapeva foi rezado um terço em favor do Pacto da Paz”; “Na Sexta-Feira da Paixão foi rezado um terço por Stalin, que morreu em Moscou no mês passado”.<sup>20</sup> Antigos colonos, militantes, lembram-se dessas celebrações: “Um dia chegamos a rezar um terço cantado no Córrego Oriente, pedindo proteção para o camarada Prestes, que era o Cavaleiro da Esperança e estava em dificuldades...”<sup>21</sup>

É lembrado, também, o jornal local criado em 1953 – o Ranca-Toco, rodado precariamente na mata, em um mimeógrafo tosco “que ficava escondido em uma tuia de milho”<sup>22</sup>, “dedicado à defesa dos interesses dos lavradores da Barranca”<sup>23</sup>.

Anos mais tarde, os colonos-militantes reconhecem o aprendizado político desenvolvido na CANG: “foi um tempo difícil, mas valeu principalmente como escola de vida e de militância”<sup>24</sup>, Priorizando a realidade imediata, identificavam nas iniciativas de ação local as que mobilizavam maior número de moradores, e por mais tempo.

Dentre essas, são sempre lembradas as Associações de Córrego, que reuniam colonos para encaminhar providências quanto a produção, comercialização e atendimento de saúde e educação, além de tratar das questões relativas à regularização fundiária dos colonos e dos antigos moradores.

A mobilização em torno das questões locais era feita não só no âmbito das Associações, mas no dia-a-dia de trabalho e de festa, nos córregos e nas roças. Nos bailes, “chegava uma certa hora, o sanfoneiro parava e dizia - o compadre Tibúrcio quer dar uma palavrinha pra vocês... Aí se falava sobre os problemas ali do córrego, do preço do arroz, do hospital, e no rolo entrava a conversa pela paz, pelos direitos dos trabalhadores, essas coisas. E colhia assinatura, ou combinava como ia resistir ao intermediário. E fazíamos uns esquetes, um teatro, tinha o grileiro, o lavrador defendendo a terra... O povo gostava demais. Organizávamos uns debates, e as mulheres conversavam mais sobre saúde e escola, que eram problemas que envolviam de perto os filhos. Tinha também os grupos de jovens, os clubes de futebol... Tudo era motivo para reunir e discutir, sem aquela doutrinação política clara, nem precisando falar em Partido. Até porque o colono queria a terra mas queria uma vida melhor, já sabia.”<sup>25</sup>

Quando as reivindicações se referiam a assuntos de competência da Administração, a forma mais comum de encaminhamento eram os abaixo-assinados, os manifestos e a organização de comissões de colonos, inspirados na militância comunista: “A gente conseguia muita assinatura, porque eram necessidades de todos. Resolver mesmo com a Administração, quase nada. Mas pelo menos estimulava uma consciência mais coletiva entre os colonos, e findava tendo resultado positivo. Conseguimos bastante coisa com essa união nossa, e resolvemos uns tantos problemas sociais.”<sup>26</sup>

Após a emancipação da CANG em 1955, muitos dos antigos colonos conseguiram fixar residência na região, tanto na área rural como em Ceres e nas cidades próximas. Mas, apesar das tentativas, sabemos que a maioria não teve condições de permanecer ali como pequeno produtor e vendeu seus direitos de posse. Seguiram caminho, alguns se assalariando no campo ou na cidade, outros voltando a ser posseiros ou arrendatários.

A Colônia se esvazia também de seus principais militantes. Com o aguçamento da luta no centro-norte de Goiás, e com a intensificação da ação rural do Partido, muitos deixam seus lotes para cumprir tarefas fora da Colônia: Geraldo Tibúrcio vai para São Paulo assumir a presidência da ULTAB<sup>27</sup>. Bailão, também da diretoria, vai desenvolver o Partido na região de Itauçu. Geraldo Marques e muitos outros se deslocam para Formoso<sup>28</sup>, onde desempenham papel decisivo na luta dos posseiros – “a organização de lá, tiramos muito da experiência do trabalho político como colono, na Barranca”<sup>29</sup>.

Em seus depoimentos, anos depois, são lembrados os mutirões, os bailes, o Ranca-Toco, os abaixo-assinados, o aprendizado de militância: “até terço cantado a gente rezou...”<sup>30</sup>

Notas:

---

<sup>1</sup> Professora do Curso de Comunicação Social da Universidade Católica de Brasília e doutoranda em História Cultural na Universidade de Brasília.

<sup>2</sup> Este artigo tem origem na dissertação de mestrado da autora: *Outro lado da Colônia: contradições e formas de resistência popular na Colônia Agrícola Nacional de Goiás*. Brasília, UnB, 1985. O trabalho privilegiou a história oral, buscando depoimentos de antigos colonos, posseiros e pequenos proprietários da região, bem como políticos e membros do Partido Comunista Brasileiro e de Goiás, jornalistas, escritores, pesquisadores, empresários, profissionais liberais, religiosos, funcionários do governo federal, estadual e da CANG. Além da bibliografia produzida sobre o assunto, foram consultados documentos oficiais, jornais, mapas, relatórios, boletins, crônicas, cartas, fotografias e filmes, nas cidades de Ceres, Rialma, Goiânia, Anápolis e outras da região, bem como Recife, Rio de Janeiro e São Paulo. O texto original da dissertação é retomado, revisto e complementado agora, por trazer abordagens oportunas para a discussão das versões não-oficiais da história, e, especialmente para o Simpósio da Anpuh, por conter referências a acontecimentos contemporâneos à Segunda Guerra Mundial.

<sup>3</sup> João Barbosa, antigo colono. Ceres, 1982.

<sup>4</sup> Benedita, antiga colona. Ceres, 1982.

<sup>5</sup> Jair Araújo, médico da CANG. Ceres, 1982.

<sup>6</sup> Elísio, antigo colono. Rialma, 1982.

<sup>7</sup> Jair Araújo, médico da CANG. Ceres, 1982.

<sup>8</sup> Domingos Bueno, antigo funcionário. Ceres, 1982.

<sup>9</sup> Alberto Longo, funcionário do Cartório. Ceres, 1982.

<sup>10</sup> Geraldo Tibúrcio, antigo colono e membro do Partido Comunista de Goiás. Entrevista em Anápolis, 1981.

<sup>11</sup> Olites Tibúrcio, antiga colona e membro do Partido Comunista de Goiás. Anápolis, 1981.

<sup>12</sup> Sebastião Bailão, antigo colono e membro do Partido Comunista de Goiás. São Luís dos Montes Belos, 1981.

<sup>13</sup> Geraldo Tibúrcio, cit.

<sup>14</sup> “Rui”, codinome do sindicalista Geraldo Campos, então enviado à região, como mascate, pelo Partido Comunista Brasileiro. Brasília, 1984.

<sup>15</sup> A área da Colônia era chamada de “Barranca” em alusão à sua localização, às margens do Rio das Almas.

<sup>16</sup> Sebastião Bailão, cit.

<sup>17</sup> Raimundo, farmacêutico em Rialma, 1982.

<sup>18</sup> Gregório Bezerra, membro do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro. Entrevista em Recife, 1981, depois de sua volta do exílio.

<sup>19</sup> Raimundo, cit.

<sup>20</sup> Notícias no jornal O Estado de Goyaz, respectivamente em 23/03/1952 e 27/04/1954.

<sup>21</sup> Olites Tibúrcio, cit.

<sup>22</sup> “Rui”, cit. Ele e Geraldo Tibúrcio eram os “editores” do Ranca-Toco. Brasília, 1984.

<sup>23</sup> Notícia no jornal O Estado de Goyaz, porta-voz do Partido Comunista em Goiás. 09/05/1953.

<sup>24</sup> Geraldo Tibúrcio, cit.

<sup>25</sup> Olites Tibúrcio, cit. Olites organizou vários Congressos Femininos na CANG.

<sup>26</sup> Sebastião Bailão, cit.

<sup>27</sup> União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, criada em 1954 pelo Partido Comunista Brasileiro.

<sup>28</sup> Revolta de Formoso e Trombas, região do atual Tocantins. A Associação de Lavradores de Formoso e Trombas foi criada em 1954.

<sup>29</sup> Geraldo Marques, antigo colono e membro do Partido Comunista de Goiás. Goiânia, 1981.

<sup>30</sup> Geraldo Marques, cit.